

---

DURBAN - GAC - CONSELHO Reunião do Comitê de Programa para novos gTLDs  
Domingo, 14 de julho, 2013 - 10:30-00:30  
ICANN - Durban, África do Sul

PRESIDENTE DRYDEN: Bom dia para todos, vamos sentar-nos, tomem os seus assentos porque vamos começar.

Muito bem! Vamos começar então!

Primeiramente, sejam bem-vindos os colegas do novo programa do comitê de programas de gTLDs.

Eu Gostaria de reconhecer à comunidade que está aqui também neste processo que deu lugar ao comunicado de Pequim, fornecida pela ICANN nas ultimas reuniões.

Então gostaria primeiro de reconhecer os esforços de todos, aqui responder em responder e apresentar e comentar o sobre o que foi depois uma quantidade de assessoria importante e a maneira em que a comunidade fez esse esforço tão grande: fez comentários e consulta. E a partir do gTLDs, do comitê gTLDs e ao qual eu observei trabalhar continuamente, fortemente no comunicado de Pequim e comunicando em intervalos regulares com o GAC.

Então quero reconhecer tudo isso e expressar o quanto eu aprecio essa tarefa significativa, empreendimento significativo para o comitê de gTLDs e também para a comunidade.

---

**Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.**

---

Temos aqui pelo que sei dois pontos na agenda que vamos considerar hoje: primeiramente aquele que tem a ver com as salvaguardas da categoria I, que estava ano anexo I no comunicado de Pequim, se refere à primeira parte da categoria II do acesso restrito; e depois o segundo ponto tem a ver com a questão de protecção de acrónimos.

E em ambos os casos o comité de gTLDs nos informou que há algumas questões de preocupação, ou preocupações que eles têm acerca da implementação.

Portanto eles estão aqui para falar, fazer alguns comentários iniciais com os colegas do GAC, depois esperamos chegar a um entendimento sobre quais são os problemas e se for necessário, não concordar acerca de onde estão os problemas e depois esperamos encontrar uma solução.

Então aqui eu tenho o co-presidente Cherine, co-presidente do comité de gTLDs, aqui como suporte. Depois vamos avançar com o programa de hoje.

CHERINE:

Bom dia para todos hoje, muito obrigado pela sua introdução.

Temos dois tópicos salvaguarda das categorias I e a protecção das OIGs. Vou fazer uns comentários antes de começar.

Eu não estou aqui realmente – este é o comité novas gTLDs – mas estou aqui com objectivo de tomar decisões. Mais do começar um diálogo para entende realmente e obter esclarecimentos sobre elementos da sua assessoria.

---

Nós estamos aqui para levar o GAC a questões de implementação e não é assim. Sintam-se seguros que essa não é a questão, mas começar um diálogo.

E começamos o diálogo com OIGs, essa é uma continuação também desse diálogo. Mas esta é a primeira reunião de facto a respeito da categoria I, e esperamos uma discussão frutífera.

Enviamos um documento sobre a categoria I, que todos nos recebemos há uns dias. Eu sei que todos preferem receber os documentos com muito tempo para poder estudar esse documento, mas eu gostaria de assegurar que esse é um trabalho contínuo e que o comité do GAC recebeu da mesma maneira que os outros membros também receberam este documento. Não é que eu queira pedir desculpas, mas essa é a realidade. Esse é só o começo do diálogo.

Enquanto essa reunião e os objectivos, estou esperando ter um diálogo construtivo, vamos ser muito directos, falar de forma directa mas de forma respeitosa, e eu espero que vocês apreciem essa forma de falar tão directa.

Também aqui vamos ter a dirigir esta discussão, o Chris, mas temos outros colegas que também vão falar. Então Heather, você pode começar para, com esse diálogo sobre a categoria. Passo a microfone à Presidente.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigado! Chris aqui do comité que observa as questões sobre novas gTLDs. Ele é o referencial sobre as salvaguardas.

---

Então passo o microfone para Chris, para que ele fale sobre essa questão, sobre a protecção de OIGs.

CHRIS DISSPAIN:

Obrigado Heather, muito bom dia para todos.

Vou começar com a salvaguarda da categoria I, assessoria. Temos alguns slides aqui que são, ajudam um pouco a entender e vou aqui passar para o primeiro slide.

Quero lembrar a todos que antes do Guia de Aplicação ser aprovado, o Board quis expandir a definição de cadeias de caracteres em base da comunidade para incluir sectores regulamentados, e nós rejeitamos essa assessoria.

Tivemos uma discussão a respeito do painel de controlo de acordo com Bruxelas e colaboramos com vocês para desenvolver os mecanismos de alerta precoce e assessoria para abordar as questões que o GAC estava tentando abordar e que foram rejeitadas.

E de facto até certo ponto já nós tocamos esse ponto das discussões. Mas a dificuldade com essa assessoria atrás que nós identificámos e que são pontos tirados do documento que vocês receberam há uns dias, e as dificuldades por enquanto as categorias de cadeias de caracteres tão amplas e não estão definidas.

Não há uma base de princípios para distinguir categorias determinadas. Os termos genéricos de uma mesma categoria como indústrias altamente regulamentadas, algumas cadeias tem licença, outras não tem, e é difícil determinar quais são os regulamentadores.

---

Algumas cadeias de caracteres se referem a indústria que podem ser sensíveis ou regulamentadas apenas numa ou várias jurisdições. Os itens três a oito da assessoria de salvaguarda geram obrigações que são vagas e não são implementáveis e esses são os resultados que nós pensávamos que evitaríamos ao rejeitar inicialmente a assessoria do GAC.

E acordamos em implementar o sistema de alerta precoce para que os governos pudessem tratar directamente com os solicitadores, se em caso de presença de questões acerca de cadeias de caracteres. Assim sendo, bom há mais detalhe a esse respeito no documento, não estamos rejeitando a assessoria, isso deve ficar bem claro.

Devemos estabelecer um diálogo, não vamos rejeitar nada por aqui. Queremos iniciar um diálogo! Eu quero iniciar um processo que vamos ter consenso, não é a ideia que cada vez que nos reunirmos comecemos esse processo de diálogo; mas agora sim teremos um diálogo ver como podemos considerar as assessorias vigentes e também alcance da profundidade da assessoria para ver quais são os pontos implementáveis. Porque pensamos que agora não implementáveis.

Eu sei que é um terreno muito difícil. Eu sei que em geral as comunicações entre o GAC e comitê são feitas através de outros canais, mas estes são tempos extraordinários: estão por vir os novos gTLDs e nisto achamos que devemos ser pioneiros.

Encontrar uma forma diferente de trabalho nos próximos meses para que o GAC e o GNCPC e a comunidade como um todo possa discutir as maneiras de tomar a assessoria da categoria I existente para fazer com que essa assessoria funcione.

---

Heather, eu paro por aqui. Quero ver se há alguma pergunta ou comentário e depois vamos passar para a questão das OIGs como questão separada.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigada, Chris. Os colegas tem perguntas, observações para o comitê relativas as questões que foram aqui identificadas nesta descrição da categoria I? Muito bem. Muito bem.

Poderia talvez que esta seja uma reunião muito breve.

Então quer continuar?

CHRIS DISSPAIN: Talvez possa empurrar um pouco esse diálogo para a frente.

Eu acho que há uma série de questões que poderiam acontecer. Vocês podem aproximar-se no desfecho da reunião falar sobre uma assessoria específica é a sua opção. Mas o que eu gostaria, e para mim seria um prazer falar com vocês entre as sessões, nesta reunião e não apenas nesta sala. E então eu acho que seria ótimo, pelo meio que vocês considerarem apropriado pudessem encontrar uma forma para dialogar conosco. Como disse, não peço que isto seja feito já, já, mas eu gostaria de vos estimulara aproveita a oportunidade para isso.

Obrigado, Heather.

PRESIDENTE DRYDEN: A Austrália tem a palavra.

AUSTRÁLIA:

Obrigado Senhora Presidente.

Muito obrigado ao comité do programa do programa de novas gTLDs, eu me uno aos comentários da Heather, eu reconheço e agradeço a velocidade e a quantidade de trabalho que vocês trataram, as actualizações feitas, as respostas; todos aqui trabalharam muito. E agradeço e reconheço isso.

Quanto as medidas futuras, eu sei que é um território novo e inexplorado e na minha opinião, recebemos essas perguntas há pouco tempo. É pouco o tempo!

Tentámos analisá-las para entender um pouco e onde elas, onde está o trabalho do comité de novas gTLDs. E eu gostaria de saber se o próximo passo, se o comité considerou voltar para o GAC com algum documento sobre que coisas poderiam ser implementadas ou não implementadas.

Eu me pergunto se vocês consideraram a possibilidade de voltar para o GAC dizendo “isto aqui é o que estamos analisando; isto aqui é o que poderíamos implementar e fazer uma série de perguntas para o GAC.” Eu estou ciente que vocês não provavelmente não querem estar na posição de voltarem-se para nós e perguntar isso que vocês queriam dizer e nós respondermos “Não.”; que não haja algum entendimento, mas devia haver um mecanismo que acelere esse processo, que o faça avançar e direccionar as perguntas que sejam bem orientadas, bem focalizadas. E como não há um mecanismo como esse aqui que estou aqui descrevendo, e salvo se encontramos algum caminho alternativo eu bom...

---

Não sei, essa é a minha primeira sugestão.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado ao representante da Austrália. E agora fala o Chris.

CHRIS DISSPAIN: Obrigado. Nesse documento é um ponto de início aqui. Eu acho que a nossa abordagem para hoje é tratar nessa conferência e obter uma confirmação que nós começamos a trabalhar com a assessoria; vamos passar em diferentes secções sobre o que pode ser feito ou não; eu gostaria de fazer isso convosco e não tanto sem vocês.

No início tudo bem, mas eu gostaria que vocês não digam simplesmente que essa é uma assessoria e só isso. Podemos trabalhar juntos numa sala, ou talvez separadamente, não tem muita importância agora. Mas eu acho, e quero que isso fique bem claro, que essa posição fosse essa, digamos “a nossa assessoria é essa” e que nós devemos saber concretamente se isso é bem assim antes de passarmos para o próximo passo.

Se não for o caso, se vocês concordarem com essa palavra de negociação, se nós pudéssemos negociar ou chegar a uma acordo e poderíamos começar a trabalhar de maneiras possíveis para alcançar uma solução.

Eu quero ser bem claro que não quero dar exemplos específicos, vocês já os conhecem, mas há cadeiras de caracteres nas categorias em que óbvio para todos nós que elas são limitadas a um grupo de registratários.

---

Vamos esquecer como são criadas essa, esse não é um problema.

Mas há cadeias em que não temos a menor ideia sobre porque elas estão aqui? Não fazem sentido. Esse é o nível de discussão que só precisamos ter aqui. Não sei como vamos ter essa discussão, como será feita, mas deve ser feita.

PRESIDENTE DRYDEN: Passo a palavra para o Irão.

IRÃO: Obrigada Senhora Presidente bom dia sejam bem-vindos ao comitê.

Eu gostaria de referir-me aos últimos comentários em ter atenção e você disse três vezes que nós falamos em assessoria, assessoria. O comentário que o senhor fez, que você fez, não é uma abordagem lógica, mas devemos nos envolver num diálogo responder às perguntas, as observações formuladas aqui.

Eu vou passar aqui para o início.

Primeiro lugar muito obrigado pela análise profunda detalhadas apesar do pouco tempo disponível.

A dificuldade que devemos enfrentar agora, é o tempo que nós temos disponível, que é pouco tempo, e talvez a maneira como vocês colocarem essas perguntas também. E depois desse diálogo, ou possivelmente, vocês devam limitar a quantidade de perguntas para um número mínimo absoluto; e talvez depois desses diálogos, deverão reformular as perguntas.

---

Um exemplo claro, que não está na pergunta principal, é que devemos participar, devemos saber o que o comitê espera de nós.

Não necessariamente considerar a assessoria tal como é mas como deveria ser.

Essa é a ideia. Muito obrigado.

Então fico a disposição para mais perguntas, solicitações de informações da nossa parte e esperando pelos próximos passos de trabalho com você. Muito obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigado Irão.

Agora Alemanha e Itália.

ALEMANHA:

Muito obrigado por esse trabalho que vocês fizeram, pelas respostas recebidas. Sabemos que foi difícil, e nos entendemos que vocês estão numa situação complexa.

Chris comentou, Chris que talvez tenhamos diferentes profundidades na regulamentação para determinadas cadeias de caracteres – isso é verdade. Mas por outro lado basicamente sempre devemos ser conscientes que estamos trabalhando num âmbito global. O que significa que é possível que tenhamos algum tipo de regulamentação em alguns países enquanto noutros não há, não existem essas regulamentações.

---

Então é difícil separar, e se o facto de uma cadeia de caracteres ser uma cadeia que precisa de alto nível de regulamentação de detalhe, em termos de salvaguardas, ou se é outra cadeia que não precisa disso.

Então, isso deveria ficar ao critério da ICANN e do solicitador para poder demonstrar que os requisitos são cumpridos, dessa perspectiva, na nossa assessoria. E depois introduzir algumas medidas e para mim essa seria a resposta adequada para continuar avançando.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado Alemanha. Dou a palavra para Itália.

ITÁLIA: Muito bem, muito obrigado Senhora Presidente.

Nós reconhecemos o enorme volume de trabalho processado ao longo das diferentes reuniões com o comité de directoria a respeito à assessoria fornecida em Pequim e em algumas reuniões.

Eu também transmiti isso ao Fadi, em Bruxelas, 25 de Junho. Durante a reunião em Bruxelas. Eu disse que esqueceram, ou deixaram de lado, ou para o final, os pontos mais críticos, mais difíceis. E que tiveram, essa última reunião foi no dia 2 de Julho.

Mas eu gostaria de fazer as seguintes considerações: se nós formos para final do processo teremos de assinar contratos com os solicitadores e digo para observarmos a salvaguardas. É interessante observar o que pode interessar com as cadeias de caracteres específicas, quanto a quais eram as cláusulas e os acréscimos ao contrato convencional,

---

padrão com o solicitador, porque disso depende o nível de credibilidade das salvaguardas que nós desejamos alcançar, ou concretizar.

Entendemos bem que da sua parte isso gera problemas para a implementação dessa assessoria. E por exemplo, nas categorias decidir quais são as solicitações mais críticas relativas a essas categorias. É uma questão difícil!

Portanto se no final vocês acabam tendo uma cláusula específica para diferentes solicitações dentro da mesma categoria isso poderia se complexo.

E essa é uma questão que nós entendemos, entendemos a dificuldade dessa situação.

Peter da Austrália também disse, ao final de contas, vocês devem aproximar-se de nós, tentar implementar isso porque o significado desse anexo não é claro.

Mas vocês deveriam vir até nós e dizer que “nós temos a implementação de implementar o que vocês solicitaram e de determinada maneira”, porque o que o vocês querem evitar é claro fazer uma implementação e depois ser criticadas pelo GAC ou que o GAC ocasione problemas.

Mas gostaríamos de ver uma atitude ou hipótese mais proactiva para a implementação.

Agradece a Itália.

---

PRESIDENTE DRYDEN: Dou a palavra para a Suíça.

SUÍÇA: Obrigada Senhora Presidente.

Eu também gostaria de agradecer o comitê de novas gTLDs pelo trabalho realizado e pela sua disposição para dialogar connosco.

O meu colega do Irão já disse que essa abordagem da assessoria, não é uma abordagem adequada.

Estamos aqui para defender os interesses dos nossos consumidores e cidadãos, e eles querem que nós os ajudemos a implementar essa assessoria porque isso serve os interesses dos nossos povos.

Então isso fica bem claro!

Mas aqui problema é qual o papel?

E o Stefano já mencionou isso, como em forma concreta nos cooperamos com vocês nesse sentido.

Talvez possamos explicar um pouco acerca dessa lista, porque essa lista especifica gerou algumas críticas e um certo grande atenção, o que é entendível, mas não pensamos que fosse a função do GAC fazer uma relação completa de cadeias de caracteres sensíveis, mas nos informaram que seria muito útil termos nomes concretos.

Então não consideremos esta lista como a lista de uma definida ao longo de meses e anos e que todos os gTLDs sejam, foram submetidos a um teste – os que estão aqui. Mas esse são exemplos que fomos identificando a um tempo breve e pode haver uns nomes que não

---

estejam na lista e talvez possa ser adicionados; aqui sim poderia haver alguma falta de congruências no sentido.

Mas a finalidade disso não que essa relação seja completa, abrangente, mas é só para compreender onde há a necessidade de aplicar salvaguardas.

Se vocês também estão certos quando dizem que há certos níveis de regulamentação entre determinados cadeias d e caracteres em algumas categorias, como. bank e esse precisamos de mais regulamentação para.bank do que para. money que significa dinheiro - isso dependendo no sector envolvido.

Mas pelo tempo disponível nós não queremos produzir um documento de 50 páginas. Então simplesmente aludimos aqui a um amplo leque de questões que devemos considerar.

E aqui está a questão que nós temos a regulamentação em alguns países que é diferente da regulamentação de outros países, o que fará com que não seja simples respeitar ou implementar esses marcos regulatórios diferentes.

Mas como aqui estamos trabalhando com a internet, isso é novo; e temos o Google, e outros que estão trabalhando 20 países, 200 países. Vocês sabem que devem respeitar 200 legislações diferentes e isso também é aplicável no âmbito dos gTLDs.

As empresas vão ter que acostumar-se a trabalhar com diferentes jurisdições, com diferentes regulamentações e também com agencias regulamentadoras nacionais ou locais, acostumadas também a trabalhar

---

com diferentes empresas e tentar com que esse processo seja o mais fácil possível.

Vocês, com Bertrand De La Chapelle, têm um projecto de jurisdições e internet, estão tentando identificar soluções para abordar essas questões que tem a ver com os problemas de jurisdição e problemas entre as fronteiras. Isso ficou bem claro para todos.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado.

CHRIS DISSPAIN: Um par de comentários. Em primeiro lugar muito obrigado a todos vocês por estarem preparados para começar a conversar sobre esses temas.

Talvez para ter uma hipótese mais proactiva de implementação com relação a essa solicitação, e realmente não temos uma hipótese porque não sabemos como implementar algumas partes da assessoria.

Com relação a outras partes da assessoria, os comentários que foram feitos sobre o facto que se possam adicionam outros nomes à lista, para nós o problema que se adicionem outros nomes à lista, mas o que já estão na lista, não entendemos porque estão ali para começar?

Então como sugerimos avançar? Bem foi falar com vocês, encontrar uma maneira de dizer se vocês como grupo ou conjunto de indivíduos podem nos ajudar a encontrar uma maneira a explicarmos, porquê esse nome aparece nessa categoria? Nós não entendemos isso.

---

Podemos fazer isso por meio formal, escrever e tomar cada nome e pedir que analisem cada nome e depois explicar porquê é viável ou não é, explicar isso. Mas se vocês acham que essa a maneira de avançar, concordamos todos, podemos fazer tudo e estamos abertos a sugestões.

Mas o que nós não queremos aqui é dedicar semanas de trabalho sem dizer que essa é a forma e que vamos fazer, se que aceitem vocês o resultado desse trabalho.

Então como base desse trabalho o que queremos definir é qual o processo para avançar e saber que podem haver questões sérias e graves para implementar algumas partes da assessoria que sugerem vocês.

Então não é uma questão de dizer como pensamos que vamos implementar, em alguns casos podemos dizer que não podemos implementá-lo! Então nos interessa mais ter uma ideia, uma imagem global de como podemos ajustar tudo para poder avançar tanto, o mais possível e ter maiores benefícios.

PRESIDENTE DRYDEN: Temos Portugal, Comissão Europeia.

PORTUGAL: Eu vou falar em Português, muito obrigado! Então podem usar os seus phones. Se não podem ler também ou somente escutar.

---

Bom, a principal mensagem que eu tenho para dar enquanto representante do Governo de Portugal é que esta é uma questão extremamente complexa.

Quando se fala do GAC não se fala de um grupo, jamais, nós somos um conjunto de governos bastante diferentes, o que torna esta questão muito mais complexa.

Aquilo que foi dito por todos os colegas do GAC antes de mim, eu partilho inteiramente até porque não foi tomada qualquer posição. O que foi dito foi que nós apresentámos os principais problemas, os que nos parecem mais complexos, os problemas que os governos realmente vão levantar daqui para a frente se isto não ficar decidido de uma certa forma; e estamos a tentar dialogar com o Board e por isso é que achamos que, ou pelo menos eu acho que, o Board está a trabalhar com bastante intensidade e de muito boa fé para ultrapassar estes vários problemas.

O documento que nos foi apresentado com as vossas questões e problemas, foi-nos apresentado à dois dias... Eu já o li, reli, e não posso tomar qualquer posição até porque há vários pontos que não entendo bem as questões que são colocadas, porque para mim é óbvio porque é que o GAC colocou alguma coisa naquele parecer de alguma forma, mas pelos vistos para o Board não é; e por isso é que este diálogo é muito importante.

Agora se este diálogo se faz desta forma eu não sei, acho que não. E acho que vamos ter que continuar a trabalhar muito mais em conjunto para nos fazermos perceber uns aos outros, porque acho que aqui há

---

conceitos que são diferentes. E quando os conceitos são diferentes é difícil dialogar.

Em suma, um parecer é um parecer, sem duvida nenhuma. Portanto nunca num parecer poderíamos apresentar uma lista que nunca seria exhaustiva dos problemas que os governos têm.

Apresentámos pistas para aqueles strings que nos identificámos que eram mais complexos. E agora temos este documento do Board, que vou mandar para Lisboa e que vamos estudar em Lisboa e depois iremos com o tempo, ir dialogando sempre com o Board, apresentando a nossa posição.

Em suma, muito obrigado pelo vosso trabalho. Acho que o GAC também está a tentar com que fazer um “catching up” rápido, mas isto é complexo e os conceitos que nós temos acho que são diferentes e acho que temos de nos entender.

Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado por isso Portugal. De seguida temos a Comissão Europeia.

COMISSÃO EUROPEIA: Muito obrigado Senhora Presidente.

Eu quero me somar aos outros que me precederam, quero também fazer, dizer que a União Europeia se compraz com alguns dos elementos apresentados pelo comité, e estamos contentes com aquelas conquistas a que chegamos até ao momento.

---

Ouvi alguma pergunta e o comunicado de Pequim deve ser a base da nossa assessoria. Recebemos comentários positivos e estamos certos de que depois desse diálogo construtivo com os membros do GAC, a ICANN vai tentar aplicar a assessoria e abordar os problemas relacionados com os novos gTLDs.

Já existe uma complicação quanto aos sistemas jurídicos e regulatórios em nível nacional e temos que lutar para encontrar uma solução, essas complicações e proteger esse sistema de DNS duplo.

Queremos dizer, destacar que esse documento que circulou ontem tem umas perguntas bem precisas, as que acabamos de fazer referências nos slides.

Estamos numa etapa precoce, consideramos que o GAC tem que fazer um esclarecimento maior da assessoria oferecida em Pequim mais do que mecanismos de implementação.

E queremos dizer que a lista de cadeias apresentada no comunicado de Pequim não é exaustiva, teremos que fazer uma avaliação caso a caso, para cada um desses strings. Essa lista deve ser considerada como uma lista mínima.

Queremos agradecer a IGPC por levar em consideração a assessoria do GAC sobre solicitações apoiadas pelas comunidades mas que não foram apresentadas como solicitação da comunidade e que tem algum, que geram algumas controvérsias com outras solicitações comerciais.

Também queríamos agradecer se podem oferecer informação sobre as decisões tomadas em relação às formas de singular e plural, porque ainda há preocupação do ponto de vista da geração de confusão nos

---

nosso governos e também queremos oferecer assessoria geral para ajudar a ICANN numa implementação bem sucedida do programa dos novos gTLDs no âmbito do respeito da legitimidade e sabendo que tudo isso pode ser debatido em todos os fóruns, discutidos em todos os fóruns.

Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Tenho Alemanha, Austrália, Reino Unido e Espanha.

Alemanha tem a palavra.

ALEMANHA: Obrigado Senhora Presidente.

Queira acrescentar alguma coisa ao que foi dito pelo meu colega da Comissão da União Europeia, é uma posição totalmente apoiada pela Alemanha.

Queria retomar a solicitação e pergunta de Chris, foi uma pergunta concreta. Ele disse que algumas cadeias de caracteres do ponto de vista da ICANN e do comité directivo parecem não ser implementáveis.

E ao GAC nos questionam segundo entendi, se pudemos tomar essa lista e eliminar alguma, uma ou duas cadeias de strings. A pergunta seria usuais os strings de caracteres que não parecem ser implementáveis e onde estão os problemas, para que nós possamos entendê-los. Quais são as cadeias de caracteres que poderiam aplicar para que nós

---

possamos compreender, entender quais os problemas, os que vocês estão enfrentando.

Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado Alemanha. Chris.

CHRIS DISSPAIN: Obrigado.

Sim, exactamente o que o senhor disse é o que eu estou dizendo. Temos de manter esta conversa e temos de encontrar a forma certa, o formato certo para essa conversa.

Se o formato for comunicações por escrito, nós podemos fazê-lo mas tem que ficar claro que devemos manter um diálogo com vocês e entender bem de que se trata esse diálogo.

Então estamos totalmente de acordo com vocês. Vocês querem saber porquê e quais são as coisas que são inviáveis, concordo totalmente.

De alguma maneira devemos lançar esse processo.

Obrigado por isso.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado Chris.

Então identificamos já qual é a questão básica, chave, fundamental que é identificar quais são as cadeias de caracteres que não são

---

implementáveis e porquê? E esse será o centro do nosso esforço conjunto de atenção no trabalho com o comitê.

Austrália, Reino Unido, e Espanha.

Austrália tem a palavra.

AUSTRÁLIA:

Obrigado Senhora Presidente.

Repensando o que disse antes, acho que já foi respondido em parte.

Parece que temos uma boa ideia nesta mesa. Todos parecem estar dispostos e entendem a necessidade de ter um diálogo contínuo. Penso que isso é claro, ficou claro.

E suponho pelo que ouvi dos colegas, Chris disse que talvez deveríamos concentrarmo-nos num mecanismo de trabalho para as perguntas. Se fizéssemos no microfone hoje ficaria claro.

Mas também há uma série de perguntas limitada, não é um documento totalmente explícito.

Chris disse que alguns casos que são mais difíceis que outros. Em alguns deles há exemplos que são claros em sectores altamente regulamentados, por exemplo; isso não é tão difícil ou controverso. Talvez outros sejam mais difíceis. Algumas questões então podemos acordá-las e passar para aquelas mais complexas.

Não sei exactamente sobre qual o princípio, o princípio de trabalho sobre qual avançar, mas acho que há alguns mecanismos e me questiono se o GAC precisa de discutir isso e depois voltar para nos

---

reunirmos depois novamente com o comitê durante a semana? Pergunto se seria útil que nós víssemos como poder ter essa conversa com vocês de maneira mais confortável, tendo uma ideia do propósito de eficiência e do tempo.

Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigado Austrália pela sua intervenção.

Eu acho que é o que devemos fazer, o último que disse: os reunirmos com o GAC primeiro; ver qual a abordagem que funcionaria melhor para nós; elaborar os detalhes depois.

Mas estou de acordo em que se temos um acordo geral em princípio que deveríamos e que podemos encontrar uma maneira de continuar o diálogo com o comitê gTLDs.

Reino Unido agora, por favor.

REINO UNIDO:

Obrigado Senhora Presidente.

Muito obrigado por convidar o comitê hoje, é extremamente útil. Enviei uma nota informativa à autoridade de supervisão e reguladoras britânicas antes desta reunião, na semana passada, para que ficassem a par do avanço.

E eu estou aqui com as minhas notas, lembrando a apresentação da assessoria sobre salvaguardas; antes sei que o comitê trabalhou muito

---

forte, agradecemos esse trabalho como outros disseram antes do que eu.

É um tema muito complexo que apresenta desafios, reconhecemos que todos trabalhamos com o mesmo objectivo. Antecipávamos que iriam existir questões que trariam discussão, debate, depois voltei com respostas concretas para que ficassem a par de que iriam vir propostas da comunidade da ICANN.

O primeiro slide então foi com um espírito de coaching, de guia, mas acordo com essa busca geral de identificar maneiras e mecanismos para avançar.

Em relação às listas, a minha expectativa era que nós íamos tentar ajudar a ICANN e a comunidade na sua totalidade nesse processo de identificar aquelas solicitações de gTLDs que dão lugar a preocupações importantes dos reguladores e nas autoridades, e outras partes interessadas. Queremos ajudar nesse processo para dar informação, e acho que o fizemos.

E o próximo passo acho que é que o comité, na minha opinião, tente preparar uma lista, assim um rascunho, de consulta com toda a comunidade, com os governos, para ver oportunidades de consulta as áreas cinzas: as cadeias de caracteres específicas que não merecem ser incluídas, que toda a comunidade possa resolver essa questão.

E também identificar outras cadeias que não estão incluídas na lista, como disse a Suíça antes.

---

Fizemos o melhor em termos de oferecer orientação, mas, não examinámos, não testamos todo o nível de conclusão, ou seja, o sector financeiro, o sector da saúde; tentamos guiá-los para atingir essa meta.

O processo é, eu acho, o de dar assessoria jurídica preparar uma lista mais completa, fidedigna – a nossa lista não é completa. Esse é o meu primeiro comentário em relação à lista.

Outro comentário em relação às salvaguardas. O documento onde vocês estabelecem as perguntas e preocupações relacionadas com a assessoria de salvaguardas.

Isso realmente me deixa perplexo porque vocês, vocês falam da salvaguarda III, operadores de registo; se referem ao registos; colectar dados sensíveis; implementar medidas de segurança; a medida dos serviços como e definida pela lei aplicada, com o reconhecimento dos padrões. Bom, essa é uma definição de uma redacção muito detalhada do que é uma salvaguarda. Mas a resposta no documento diz que essa salvaguarda não é suficientemente específica, e portanto não é possível implementá-la. E essa é uma reacção bastante negativa na minha opinião.

Se houver perguntas e depois vocês rolam algumas, elencam algumas perguntas, bom podemos receber assessoria, o que fazem de procurar assessoria, de entidades regulamentadoras e entidades financeiras e outros.

Mas também esperamos que vocês recorram a outras fontes de assessoria jurídica, etc. De qualquer maneira eu encontro isso como um

---

tom bastante negativo, dizer que não é específica e fico surpreso. Realmente surpreende essa linguagem.

Bom é possível implementar, talvez sejam necessários aspectos mais, que precisam de mais esclarecimento, e nós podemos ajudá-los e que a nossa assessoria e as partes interessadas resolvam esses pontos a serem esclarecidos para concretizar uma proposta de implementação.

Eu continuo sendo positivo. Quando comecei a sessão tinha uma sensação negativa, mas agora ainda me sinto positivo, sobre o que a assessoria que nós demos é bastante substancial para que encontrem uma forma de encontrar apoio das partes interessadas.

Essa é a minha contribuição. É necessário que consulte com as pessoas que eu sempre consulto: são especialistas políticos, é preciso tempo. Essa é a situação! Nós temos de consultar com os nossos governos, e isso leva tempo. Então precisamos de um período adequado de tempo para reflectir sobre essas questões.

Mas eu encorajo, como disseram já outros colegas, que tomem isto com uma abordagem mais activa, dizendo assim: “vamos implementar, mas antes temos que resolver isto”.

Essa assessoria realmente nos compraz, o que vocês dizem nesta oração, não está rejeitando a assessoria. Vão aceitá-la mas vamos voltar a analisar aqueles pontos onde nós podemos ajudá-los com a implementação; mas ao limite do que nós podemos participar na implementação.

Nós estabelecemos assessoria e as questões de princípio mas as preocupações gerais a respeito de uma série de solicitações de cadeias

---

correspondem a vocês, à ICANN e à comunidade, como definir a implementação. E nós vamos fazer o melhor para ajudá-los nesse processo mais do que se trata da definição dessas salvaguardas, das modalidades completas. Nós não podemos assumir essa responsabilidade, não deveria ser a nossa responsabilidade! Nós definimos os princípios, os padrões por assim dizer. Para essas cadeias de caracteres em particular, são vocês os que devem resolver.

É essa a minha abordagem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigado Reino Unido.

Um comentário. Eu quero esclarecer, eu tenho uma ideia diferente do que é o status da assessoria. O que nos disseram os colegas do comité é que não rejeitaram a assessoria; mas isso é diferente do que vão rejeitá-lo – é uma opção. Acho que o facto de que tenham vindo hoje aqui para identificar as áreas que precisam de esclarecimento em conjunto com todos nós e conseguirão a maneira a maneira de obter a implementação, essa é a maneira preferida de trabalhar. E o que estou escutando dos colegas é que devemos conseguir isso.

É importante que sejamos claros sobre esse ponto em particular.

Eu entendo que Erika Mann que é membro do comité quer falar.

ERIKA MANN:

Obrigado Senhora Presidente.

---

Na minha opinião, até ao momento, essas conversas são muito interessantes porque demonstram diferentes maneiras que o motivo, o carácter pioneiro que estamos realizando – não termos guia; não há norma ISO – é simplesmente uma coisa que devemos fazer, implementar.

Queremos esclarecer se a lista, se é lógica, se é aplicada à lei internacional; se analisa todas as jurisdições nacionais, se tem de trabalhar se como uma jurisdição mais global. Quem é o responsável: o GAC ou a ICANN?

Para ser honesta acho que somos todos! Pelo carácter pioneiro que tem a nossa indústria e pelo carácter que tem o próximo passo que vai dar o programa de novas gTLDs e a sensibilidade que envolve isso.

Eu me sinto muito empolgada pelos comentários do GAC! É muito útil para nós o que disse a Cherine e Chris. Entendemos que as listas devem ser consideradas como indicativas.

Entendemos e vemos como guia, material de orientação. Também entendemos com relação às salvaguardas não são o sentido que devam ser tomadas literalmente mas exactamente como guias, para ter um entendimento geral das leis e métodos para a implementação.

Eu acho que temos entre todos a clara ideia do que devemos fazer. Se me permitem vou fazer uma sugestão, não sei se é viável ou factível neste ambiente; mas pela minha experiencia trabalhando internacionalmente com pessoas similares, embora deva admitir que em ambientes legais diferentes, porque não seguirmos as recomendações que todos fizeram?

---

Considerando o que disse o palestrante do Reino Unido. Porque não vamos para toda a comunidade? Porque aqui, porque não armamos um pequeno grupo GAC, comunidade, NGPC, alguns dos aqui representados para os advogados internacionais, representando o registo. Porque não armar um pequeno grupo e dizer qual seria o método, qual seria a lógica, porque precisamos de métodos lógicos para definir coisas que ainda não entendemos por completo. Porque não fazer isso e depois conseguir um claro entendimento entre nós? Acho que já temos um entendimento bastante claro, mas primeiro consegui-lo totalmente entre nós e depois levá-lo para comunidade. Como vocês disseram ainda há áreas cinzas, então gostaria de reformular essa recomendação.

Não sei se é aceitável, não estou certa disso de ser aceitável no nosso ambiente, mas certamente Heather e Chris podem considerar isso como o próximo passo, porque a minha sensação é que estamos bastante perto.

Devemos definir métodos, sabemos o que queremos e o que não queremos e temos que encontrar a forma prática de encontrar o método.

Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Muito obrigado Erika pela sugestão.

Não vamos poder concordar com as modalidades aqui nessa discussão. Falta tempo, ainda temos a Espanha, Estados Unidos, Irão.

---

Eu peço para estes três representantes que façam comentários breves, os mais breves possíveis.

E limitar as intervenções para fazer só comentários e para poder avançar.

Espanha continua agora.

ESPANHA:

Muito obrigada Senhora Presidente.

Eu vou tentar ser breve.

Eu gostaria de defender a necessidade de corrigir as necessidades da lista do GAC, da lista substantiva, da não-aceitação do GAC na categoria I.

Porque nós temos a palavra jogos (“juegos”) na categoria de crianças. E essa categoria, “juegos” também significa “gambling” em espanhol e é muito importante para nós incluir essa palavra “juegos” ou jogos também na categoria de “gambling”, jogos de mesa ou de casino.

Eu sei que é uma regulamentação, temos os órgãos de aplicação da lei na Espanha, a palavra juegos tem esse sentido e o órgão regulatório tem. Segue esse sentido. Então é importante adicionar essa palavra, na categoria de jogos de azar

Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigado Espanha.

---

Sim acho que você terá a oportunidade de tratar dessas questões, então obrigado pelo comentário.

Estados Unidos por favor.

ESTADOS UNIDOS:

Muito obrigada Senhora Presidente.

Obrigado também aos membros do comitê.

Eu concordo com os colegas que expressaram os mesmos sentimentos que nós. Estamos muito gratos por terem dedicado tempo para vir aqui, ara reunir-se connosco, e nós achamos que o documento é muito útil porque destaca algumas questões que vocês analisaram no vosso trabalho. Quero dar os parabéns para vocês pelo tempo dedicado a essa tarefa que não é simples.

Rapidamente, não quero apoiar a sugestão da Austrália no sentido em que GAC deve tratar novamente esta questão com o GAC para ver como podemos ajudar nessa associação.

Eu concordo com a sugestão da Erika que foi excelente no sentido de fazer um pouco de “brainstorming” para ver um pouco as diferenças e apresentar as diferentes sugestões. É a nossa responsabilidade para aliviar confusões.

Agradeço pelo tempo e atenção dedicadas a estas questões.

Estamos comprometidos para trabalhar conjuntamente para esclarecer as diferentes as diferentes áreas e avançar.

Obrigado.

---

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado. Dou a palavra ao Irão.

IRÃO: Muito obrigada Senhora Presidente.

A minha impressão do termo não implementável é que talvez na maneira em que agora eles estão durante essa etapa, isso não pode ser implementada. Mas não é que não sejam implementáveis, as salvaguardas são um resultado de uma discussão muito difícil que nós tivemos em Pequim, com muitas idas e vindas. Falámos muito sobre palavras, propostas, diferentes opções, muita troca na discussão. E esse tipo de texto foi redigido como o resultado de um consenso de uma negociação.

Mas quanto à implementação, sim isso não depende do GAC estabelecer a modalidade de implementação, mas é possível que existam algumas áreas em que o esclarecimento é necessário a respeito ao que foi dito, porque todo o texto tem duas coisas: por um lado a redacção e por outra parte os espírito.

A redacção está mas o espírito pode estar influenciado pelo âmbito, o clima na reunião e em que foi redigido este texto. Talvez alguns dos membros não estavam presentes, não ouviram. Então é difícil entender em que âmbito, em que clima esse texto foi redigido.

Então é possível que faltem alguns esclarecimentos e que esses esclarecimentos sejam fornecidos.

---

Por outra parte, a assessoria oferecida quanto às salvaguardas está baseada no princípio de dar assessoria, e é o que nós de facto fizemos, nós cumprimos e não pode ser criticado.

Essa é a maneira como nós trabalhamos, a formulação é correcta, e talvez o princípio também, mas nós nos baseamos nos princípio e na maneira como nós devemos fornecer assessoria.

Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigado.

Acho que agora devemos continuar avançando para o seguinte ponto no programa do dia, que corresponde à questão dos acrónimos para OIGs e como nós tratamos isso no segundo nível na rodada actual.

Eu acho que posso dar a palavra para o Chris para que faça a introdução a essa questão.

CHRIS DISSPAIN:

Obrigado Heather.

Mais uma vez temos uns poucos slides sobre esta questão que vamos apresentar. Antes de mostrar o primeiro slide, eu gostaria de comentar que a intenção novamente, nessa parte, não é sermos negativos ou dar a impressão de negatividade. Queremos avançar, vamos ver o primeiro slide.

Eu gostaria de fazer um pouco de história. No dia 12 de Abril de 2012, na sua assessoria, a nós nos pediram que protegêssemos o nome da

---

Cruz Vermelha, Comité Olímpico Internacional no primeiro nível e no segundo nível, porque são, essas duas são têm protecção em dois níveis pelos tratados internacionais e leis nacionais.

E vocês assessoram, disseram que não deveria haver protecção adicional para os OIGs na primeira rodada, e que são as únicas duas instituições que cumprem com essa dupla protecção e que obtêm essa protecção amplificada.

Na assessoria actual os nomes e acrónimos das OIGs devem garantir uma protecção especial. Portanto nós acreditamos que é isso que significa a assessoria: que essa OIGs deveriam ter um maior nível de protecção, o Comité Olímpico Internacional e a Cruz Vermelha; que as OIGs obtêm um nível maior de protecção do que as nações soberanas ou do que os códigos de três letras, e isso de países.

Então se essa for a intenção gostaríamos de confirmar se isso é realmente isso que nós estamos dizendo. Se essa não for a intenção gostaríamos de discutir outras possíveis alternativas que incluem o seguinte: desenvolver um meio razoável de dividir a listagem de acrónimos; identificar aquelas que são mais adequadas para protecção mais ampla, e outras que não. Requerer que a OIGs em seu conjunto – actualmente solicitar para quais se deveriam proteger seus acrónimos por natureza; implementar algum tipo de aviso de processos de registos nos centros e de informação de marcas; ou outras alternativas.

Para poder avançar precisamos de manter o diálogo mais para aqueles que sabem, nós tivemos alguns dos membros do GAC e algumas OIGs há algumas semanas, e nós não temos a certeza de se vocês dizendo que as OIGs precisam de um nível de protecção maior do que o Comité

---

Olímpico Internacional e Cruz Vermelha, e um maior nível de protecção do que os estados soberanos.

Se for essa a indicação, tudo bem, vamos partir dessa base e decidiremos o que fazer. Mas se não for isso que vocês estão manifestando, aqui o resultado da assessoria é justamente esse aqui.

Então devemos encontrar maneira de avançarmos para evitar gerar essas situações. Então nessa ligação, conference-call que fizemos há umas semanas foi colocada a questão dos códigos de três letras para um país como um problema.

Mas nesse âmbito de cooperação nos pareceu importante apresentar a nossa impressão sobre essa assessoria. E nós queremos avançar e o que eu estou mostrando aqui nesta tela são simplesmente sugestões.

Número 1, por exemplo, eu acho que poderia ser um grande desafio, porque deveríamos dividir as listas. Seria difícil mas nos pareceu que essa seria uma alternativa.

Eu passo a palavra para a Heather. Para ver se há alguma consulta.

PRESIDENTE DRYDEN:

Muito obrigada Chris por essa introdução a essa questão e por destacar aqui o pensamento actual que vocês têm a respeito da assessoria oferecida pelo GAC.

Nós mantivemos o debate dentro do GAC nessas reuniões aqui em Durban, mas ainda esse debate tão pouso limitado, fizemos algumas trocas iniciais e não sei se há membros do GAC aqui que gostariam de fazer comentários a respeito disso, não sei.

---

Ou então fornecer, fazer algumas perguntas para esclarecimentos.

Canadá então.

CANADÁ:

Muito obrigada senhora Heather.

Eu gostaria de reafirmar que nós temos uma preocupação especial pelo acrónimo CAN. E não apoiamos o conceito que as OIGs devem ter maior protecção do que a lista alfabética de 3 caracteres da ISO.

A respeito da produção de acrónimos da OIGs nós acreditamos que devem ser incluídas excepções para códigos ISO alfa 3.

Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigada Canadá. Reino Unido agora.

REINO UNIDO:

Muito obrigada Senhora Presidente.

Um comentário sobre a segunda alternativa.

Essa é uma reiteração do que eu disse nessa ligação, algumas OIGs que são multi-disciplinares então pode ser um pouco difícil identificar um subconjunto de cadeias de caracteres. Estou pensando no Conselho Europeu; na OCDE e outros. Eu queria comentar isso só.

A minha sensação mais forte a respeito da maneira de avançarmos tem a ver mais com a terceira alternativa apresentada aqui, mas acho que

---

essa é uma questão muito preliminar se consideramos a discussão que nós tivemos no GAC.

Obrigado!

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado.

Temos aqui Peru, Suíça e Reino Unido.

PERU: Muito obrigada Senhora Presidente.

Eu vou passar para o espanhol para falar, se vocês não se importam. E por favor podem colocar os seus phones nos ouvidos para aqueles que não entendem o espanhol.

O que está sendo colocado aqui, as duas questões que vimos discutindo hoje de manhã, são fundamentais da perspectiva do Peru.

Nós acreditamos que é preciso trabalhar num procedimento para poder oferecer um critério claro à directoria sobre como proceder com aqueles conselhos fornecidos pelo GAC.

Estamos extremamente preocupados sobre o facto que nos digam que há critérios que não são claros, e portanto há um risco porque precisamente o papel do GAC que todo o conselho oferecido seja finalmente implementado.

Portanto nos parece importante e agradecemos a sinceridade do comité de vir até nós e dizer “temos um problema prático. Precisamos

---

esclarecer esse problema de outra maneira. O que vocês nos disseram não será útil”. E então desse ponto de vista é difícil reagir perante questões sobre as quais não tivemos tempo suficiente para fazer consultas internas.

Nos governos trabalhamos com tempos diferentes do tempo da sociedade civil: precisamos digerir as preocupações para entendê-las e poder apresentar uma posição nacional que depois seja debatida no GAC; e depois transferir para outros órgãos da ICANN essa discussão; e em particular o comitê para que possam ser implementadas.

Então vamos precisar de tempo para reagir, é esse o início do diálogo de facto, mas é um diálogo que vai ter de continuar nas próximas sessões. E para poder oferecer a vocês um esclarecimento suficiente que seja implementável.

Quanto aos nomes, as organizações internacionais, eu me refiro aqui unicamente ao que entende o meu país, é que nós achamos que as organizações internacionais não devem ter uma protecção amplificada do que os próprios nomes dos países têm. Se houver a impressão de que há a protecção de nomes de países está por debaixo disso. Então não deveríamos diluir a protecção de nomes de organizações internacionais, mas deveríamos reforçar a protecção de nomes de países e de locais geográficos desses países. Essa é uma primeira aproximação.

Agora uma segunda aproximação é a da co-existência. E para o caso particular da Comunidade Andina, e os acrónimos de identificação de países em particularmente para o caso do Canadá.

---

Nós coexistimos durante muitos anos, o Peru é membro da Comunidade Andina desde a década de 1960 e havia uma coexistência relativamente pacífica sem confusões porque o uso acrónimos de países foi muito diferente do que é o objecto do desenvolvimento da Comunidade Andina.

Nesses sentido, de novo, eu repito aqui, que estamos falando só em nome do Peru, e não da Comunidade Andina e dos países membros da Comunidade Andina. Então não vemos nenhuma dificuldade nessa coexistência colocada aqui pela representante do Canadá. Mas de novo eu pediria, mais tempo para poder, chegar a posições conjuntas.

Se você me permite Cherine, eu vou falar de novo sobre os nomes genéricos, um grande parte da dificuldade que nós vemos aqui com esse novo processo.

Esse novo anúncio aqui na ICANN em que, embora nós antes não trabalhámos com número finito de nomes domínio, e nomes de domínio de terminações e nomes de domínio em que o critério geral transversal era o de utilizar os genéricos, os genéricos e mais ou menos internacionalmente aceites.

Um apelo tão aberto como esse aqui, transformou o sentido dos critérios estabelecidos e criou muita confusão. Então agora temos solicitação de nomes genéricos que pretendem se reutilizados com exclusividade e isso preocupa muito o Peru. Os nomes genéricos, as terminações de pontos genéricos como. hospital,. saúde, ou qualquer outro semelhante não deveriam ser objecto de direitos exclusivos.

---

E nesse sentido, também gostaríamos de apoiar a ideia de que estamos a falar ambos os casos para organizações internacionais e para nomes genéricos unicamente de listas exemplificativas, mas não exaustivas.

Muito obrigada!

PRESIDENTE DRYDEN:

Muito obrigado por esses comentários à delegada do Peru.

Agora tenho Estados Unidos, Espanha, Portugal.

Estados Unidos agora.

ESTADOS UNIDOS:

Senhora Presidente, acho que a Suíça tinha pedido a palavra antes.

PRESIDENTE DRYDEN:

Sim é verdade.

Peço desculpa, eu tirei a Suíça da lista, mas a Suíça tem a palavra.

SUÍÇA:

Eu não vou levar considerar isso como algo pessoal, não.

Mas primeiramente gostaria de agradecer a Chris, a equipa por manter este diálogo connosco e também concordo com o facto que era necessário manter esta discussão a respeito da questão da protecção de apenas um nível para os nomes de países ou só para as OIGs. E sinceramente eu acho que essa não é uma questão que nos

---

corresponde debater, porque necessitamos permissão para marcas registradas, nomes de cidade...

Nós acreditamos que o caminho já está aqui marcado, devemos encontrar uma solução para esse problema e depois de ouvir a intervenção dos colegas do Canadá e do Peru eu acho que a respeito dessa coalizão, ou possível coalizão, de acrônimos de OIGs e as abreviações da lista ISO, não é uma questão, não é uma solução prática e apoiamos nesse sentido a proposta do Canadá.

Se nós ouvirmos o que disse, diz a comunidade da OIGs, vamos ouvir que eles não querem que esse seja o último recurso. O direito de veto para dizer sim ou não, a autorização de um acrônimo determinado. Eles querem que haja um processo de notificação e que possam destacar os problemas se eles sentem que existem alguns problemas com os nomes. E depois decidir, depois de ter ouvido ambas as partes – o registrador, o solicitador. E acreditamos que essa é uma ideia razoável, mas a ideia é como levar isso à prática de maneira concreta. Talvez se eu já tenha feito uma alusão à inspiração que poderíamos obter do centro de formação de marcas, e buscar um processo similar para resolver os conflitos com as OIGs.

Eu vou repetir o que disse na última reunião. E se nós tivermos uma sobreposição entre países e marcas, muitas marcas teriam também, muitas marcas teríamos esta situação similar.

Devemos então ser muito concretos na hora de levar essa solução à prática.

---

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigada pelo comentário da Suíça.

Agora os Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS: Obrigada Senhora Presidente, os colegas que falaram antes especialmente à Suíça.

É muito útil para mim falar nisso depois da Suíça ter falado.

Porque eu queria expressar também o meu agradecimento pelo trabalho feito por vocês porque um conjunto de questões muito complexo e eu acho que aqui vocês colocaram todas as questões de maneira clara e directa eu acho que intencionalmente a nossa abordagem, ou a nossa intenção não era elevar a protecção das OIGs por cima do COI ou da Cruz Vermelha, e certamente também dos países, e devemos buscar uma maneira uma maneira de avançar.

Nos pedem a nossa assistência para trabalhar conjuntamente e acho que o conceito de notificação ao processo e notificação como vocês querem que sejam chamados isso, é muito promissor e devemos falar com vocês ainda mais para fazer como, fazer com que isso funcione para o caso das OIGs.

Eu queria destacar isso apenas.

Eu estou bem disposto a fazer isso com os colegas.

Obrigado.

---

PRESIDENTE DRYDEN: Muito obrigado por isso, agora a Espanha.

ESPANHA: Muito obrigada Senhora Presidente.

Os meus colegas que falaram antes já exprimiram o que eu queria dizer.

Eu quero destacar apenas que o ponto principal aqui é se o comité aceita ou não aceita a assessoria quanto às OIGs, isto é a necessidade de oferecer algumas salvaguardas para a evitar o abuso desses nomes e que os nomes, os OIGs devem estar por cima sobre dos nomes de marcas ou de países; e para evitar ter os delitos cibernéticos de algum outro tipo de delito; ou abuso de nomes internacionais ou de organizações internacionais.

Então queremos trabalhar com mecanismos para tentar resolver o problema.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado Espanha.

Portugal é seguinte por favor.

PORTUGAL: Obrigado.

Eu vou falar em Português.

---

Bom, depois de todos os documentos que já passaram de todas as conversas que houve, eu só tenho agora três perguntas que queria colocar, que queria colocar ao Board.

Porque é que fazem uma relação entre os acrónimos da OIGs e as letras ISO das denominações dos países? Nos gTLDs nós não estamos falar de semântica? Não entendo esta ligação.

A minha segunda questão é porque é que acham que estão dar mais protecção às OIGs do que ao COI ou à Cruz Vermelha, ou Crescente Vermelho? Também não percebo porque e que se está a dar mais protecção.

A minha última questão é que gostava que o Board pensasse que, se fosse o caso da ICANN, acham que não queriam encontrar uma solução para a ICANN? Não queriam que, acham que o que deveria ser protegido era Internet Cooperation for Assigning Names and Numbers, e não também o termo ICANN?

Obrigada.

PRESIDENTE DRYDEN:

Muito obrigado por esses comentários, Portugal.

A respeito da identificação dos vínculos entre os nomes de países a OIGs acho que o GAC pediu, perguntou ao comité gTLDs que dê algum esclarecimento a esse respeito.

Então, bem agora tenho Peru.

Por favor Peru.

PERU:

Somente queria esclarecer um ponto da nossa intervenção prévia.

É que embora estejamos falando de que os nomes e acrónimos das organizações internacionais merecem o nível de protecção especial, que não deveria ser superior, não necessariamente superior aos de países mas similar provavelmente ao dos países.

Não queríamos de maneira alguma equipara-lo com o caso das marcas. As marcas são uma categoria diferente. Conforme o direito internacional, as organizações internacionais tem natureza intergovernamental, pública e internacional. As marcas são direitos privados, de carácter territorial.

Portanto tem alcance de um conjunto de obrigações e direitos muito diferentes. Não queremos de jeito nenhum que se interprete que estamos equiparando o mesmo status.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigado por esse esclarecimento Peru.

Vejo Gonzalo Navarro que é membro do comité de novos gTLDs e depois vou pedir ao representante da WIPO que intervenha.

GONZALO NAVARRO:

Obrigado Heather. Eu vou falar em Espanhol.

---

Para responder a minha colega do Peru em especial, eu gostaria de mencionar que o que vocês destacaram é a mensagem é clara, pode ser bem entendida.

Há uma diferenciação especificamente clara com as marcas e os tipos de protecção que estão procurando as organizações intergovernamentais. Então para sua tranquilidade entendemos muito bem aqui no comité.

E o que poderíamos fazer como maneira encerramento do seu comentário é que estamos precisamente nessa reunião e procurar mecanismos que nos permitirão identificar quais são os motivos pelos quais poderíamos oferecer protecção adicional. E procurar as melhores maneiras de fazer isso conjuntamente com vocês.

Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado pelo comentário.

Agora vou passar a palavra ao representante da WIPO.

WIPO: Obrigado Heather.

Obrigado ao conselho por esse debate tão útil.

Primeiro quero manifestar que no nome da coalizão de OIGs, sem dúvida que não estamos reclamando mais direitos do que os países aqui representados.

---

Mas o que estava reconhecido no comunicado é que OIGs pertencem a uma categoria diferente dos nomes. E os nomes pertencem ou recebem uma proteção diferente. Não temos dúvidas de que essas reclamações são válidas e devemos dar prioridade aos países que apresentam essas reclamações.

No entanto, é apenas, acontece que os nossos nomes e siglas são mais conhecidas, e requerem uma proteção. Sabemos que as questões foram apresentadas à comissão especial.

A questão da coexistência já estabelecemos, ouvimos alguns documentos para discutir de boa fé, para ver como solucionar, como anichar o registartário potencial que decide registrar um domínio que é igual ou parecido a uma sigla da OIGs. A OIGs se for uma apresentação de boa fé não vai participar.

No entanto não crie dano prejuízo ao público de que há uma conexão com a OIGs. Sugerimos métodos para comunicarmos com esses registartários, uma notificação semelhante ao do centro de marcas. Devemos manifestar que por uma questão prática, a OIGs deve estar envolvida de alguma forma nesse processo. E se não há problemas, se não há confusão ou litígio, é absolutamente possível de que um terceiro se envolva no manejo dessas solicitações.

Esperamos continuar essas discussões com a comissão para encontrar uma forma eficaz e possível de implementar essas proteções para o futuro.

Obrigado.

---

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado pelos comentários.

Eu passo a palavra a Chris para que responda.

CHRIS DISSPAIN: Obrigado Heather.

E obrigado pela WIPO ou estar aqui presente e por ter feito essa contribuição à discussão.

Para esclarecer um pouco eu quero destacar qual é o ponto principal.

Já foi descrito esta abordagem de juiz e júri que tem o GAC. Uma das minhas preocupações é porque as OIGs esteja efectivamente ortogando habilitações e que dê oportunidade de indeferir essas solicitações a outros organismo que tenham um status pelo menos equivalente.

Já falamos vários, Demos vários exemplos. Isso está no coração da discussão do tema. Estamos discutindo as possíveis alternativas. E todas ocupam ou tratam desse método de notificação, e não de habilitação. Ou de negociação por áreas como já falou Mark.

O que seria o número II, eu quero reconhecer o que disse o Mark do que é o número II é muito complexo em algumas áreas, mas em outras são muito slides. Apenas queria reconhecer o conceito de prevenção, a possibilidade de dizer que não.

Se pudemos superar este ponto e encontrar maneiras, encontrar níveis de protecção que não envolva esta questão, vamos encontrar o caminho certo.

Obrigado.

---

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado Chris.

Irão.

IRÃO: Obrigada Senhora Presidente.

O debate de hoje em especial no que toca às organizações governamentais internacionais indicam que talvez nós aqui no GAC devemos ser mais cuidadosos na selecção dos termos e do idioma que utilizamos nos nossos assessoramentos, para que seja possível evitar diferentes interpretações ou qualquer mal entendido. Temos de ter mais cuidado então na selecção dos termos e na linguagem que utilizamos no nosso assessoramento.

Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado Irão.

Há mais outro comentário a fazer?

Não muito bem.

Sim, Paquistão.

PAQUISTÃO: A ideia de proteger os acrónimos e OIGs é útil para as comunidades, os governos e a ICANN também.

---

Espero que diálogo de hoje e a comunidade da ICANN seja útil par encontrar uma solução adequada para fins de evitar problemas no futuro.

Obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigado pelo comentário Paquistão.

Muito bem eu acho que chegámos a um ponto da discussão, conseguimos encaminhar um debate a respeito de quais são os pontos principais de preocupação, e como podemos começar a analisar o trabalho futuro do GAC, de forma conjunta com o comité das novas gTLDs.

Eu acho que é um momento apropriado agora para resumir e fazer uma síntese dos nossos comentários. Penso que chegamos a um ponto positivo, aqui no GAC.

Temos de reflectir um pouco tanto nos pontos principais que tratamos hoje, como também a respeito do assessoramento de categoria I, e como podemos organizar melhor para poder trabalhar com vocês nesse assunto.

E também avaliar as opções que temos disponíveis para as siglas e acrónimos de OIGs.

Acho que já identificámos com sucesso quais são as questões, os temas chaves, eu anotei e as considero como um boa orientação,

Obrigado em nome do GAC.

---

Eu devo perguntar a Cherine ou Chris se tem algum outro comentário para finalizar.

CHERINE:

Obrigada Senhora Presidente.

Eu quero reiterar o que já falei antes.

Não estamos aqui para tomar uma decisão, nem para levar o GAC a uma implementação específica. Estamos aqui para começar um diálogo porque alguns dos assessoramentos do nosso ponto de vista requeriam, exigiam esclarecimento.

Então eu vou manifestar que estamos muito entusiasmados e animados pelo tom da conversa, e a disposição de trabalharmos juntos pela vontade também de encontrar um caminho futuro razoável.

Para mim foi uma reunião muito favorável e muito obrigado pelas contribuições e atitude principalmente.

PRESIDENTE DRYDEN:

Muito bem.

Com isso então concluímos e para os membros do GAC continuaremos os trabalhos às 14:30, aqui nesta mesma sala, com o GNSOC. Então eu peço por favor que sejam pontuais.

Obrigado!

[FIM DO AUDIO]